

HABEAS CORPUS Nº 549.086 - SP (2019/0358794-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **FERNANDO MARCOS DE OLIVEIRA ROCHA E OUTROS**
ADVOGADOS : **FERNANDO MARCOS DE OLIVEIRA ROCHA - SP422731**
MONIC THACIANE CANDIDO - SP409945
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **CLEITON BARBOSA SILVA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CLEITON BARBOSA SILVA – preso em flagrante em 21/2/2019, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, e 180, *caput*, ambos do Código Penal – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2226516-78.2019.8.26.0000), que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 159):

HABEAS CORPUS - ROUBO PRATICADO EM COMPARSARIA E MEDIANTE AMEAÇA EXERCIDA COM O EMPREGO DE ARMA DE FOGO. REVOGAÇÃO DA PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENTE OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO - INOCORRÊNCIA - FEITO COM ANDAMENTO CONSIDERÁVEL RAZOÁVEL DENTRO DAS PECULIARIDADES DO CASO - NECESSIDADE DA EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE - ORDEM DENEGADA

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, que não estão presentes os requisitos legais autorizadores da prisão preventiva no caso em tela, mormente porque o paciente apresenta condições pessoais favoráveis, sendo suficientes e adequadas à hipótese outras medidas cautelares diversas da prisão.

Sustenta, também, haver constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, pois o paciente encontra-se preso há mais de 9 meses sem o encerramento da instrução processual.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Verifica-se que os crimes supostamente praticados pelo paciente têm pena máxima cominada em abstrato superior a 4 anos, perfazendo, assim, o requisito previsto no artigo 313, I, do CPP. Em relação à existência dos requisitos previstos no artigo 312, do mesmo Código de ritos, ao menos em análise perfunctória, tal questão foi devidamente fundamentada, não se verificando a existência de ilegalidade evidente, a qual ensejaria a concessão da liminar, tendo em vista se tratar de delito de roubo praticado em concurso de agentes e mediante emprego de arma de fogo contra duas vítimas, seguido da receptação de um veículo automotor.

Convém esclarecer, quanto ao ponto, que *se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade* (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

Sendo assim, a princípio, faz-se necessária a medida extrema para garantia da ordem pública, sendo insuficiente, ao que parece, a aplicação de

medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Vale ressaltar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como residência fixa e ocupação lícita, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Cumpre salientar que o alegado excesso de prazo não pode ser apreciado apenas pela soma aritmética dos prazos, pois o processo penal é dinâmico, com vários incidentes, podendo sofrer empecos diversos, provocados inclusive pela defesa. Por isso, nesses casos, é imprescindível aguardar a vinda das informações.

Com efeito, *os prazos processuais não têm as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes)* (RHC 88.588/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator